

ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



01-02
2025



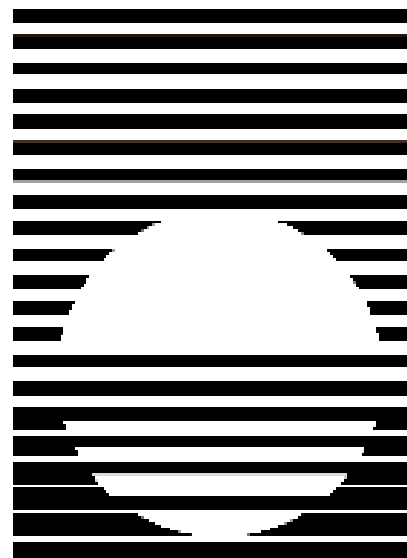
CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).



Corpo Editorial

Editor Executivo: Guilherme Fritz.

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque.

Editoria de Redação: Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Kethlyn Winter, Marília Closs, Matheus Petrelli, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista.

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

OPSA
opsa.com.br



SUMÁRIO

Página 04

Brasil expressa insatisfação com comportamentos de big techs dos EUA

Brasil reage a anúncio dos EUA de que taxarão importações de aço e alumínio

Brasil defende que BRICS+ redefina a governança global em múltiplos temas

Página 05

Brasil é eleito para presidir a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

Brasil adere a três iniciativas multilaterais em energia

Decisões e discursos de Milei reforçam o alinhamento ideológico com Trump

Página 06

"Criptogate" e nomeações para a Corte Suprema causam instabilidade na Argentina

Página 07

Colômbia contesta tratamento de seus cidadãos em deportações promovidas pelos EUA

Colômbia e Venezuela iniciam operação militar conjunta contra o Exército da Libertação Nacional

Reunião televisada de Petro com seu gabinete resulta em renúncia de diversos ministros

Página 08

Governo equatoriano avança proposta que autoriza o emprego de forças armadas estrangeiras no país

Eleições equatorianas ocorrem em meio a disputas institucionais e forte polarização

Página 09

Em meio a disputa pelo partido, Evo Morales oficializa sua desfiliação do MAS-IPSP

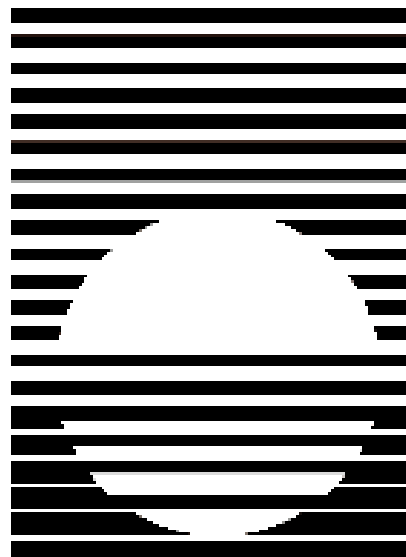
Página 10

Chile aprova reforma da previdência

Nicolás Maduro toma posse na Venezuela em meio a contestações domésticas e internacionais

Página 11

Guiana e Estados Unidos aprofundam relações militares em meio a tensão na fronteira com a Venezuela



Brasil expressa insatisfação com comportamentos de big techs dos EUA

No dia 10 de janeiro, o presidente Lula convocou uma reunião de ministros para discutir respostas ao anúncio de Mark Zuckerberg, dono da empresa estadunidense Meta, feito três dias antes, de que encerraria o serviço de checagem corporativa de fake news em redes sociais como WhatsApp, Facebook, Instagram e Threads. Zuckerberg argumentou que o serviço estava limitando a liberdade de expressão dos usuários e que trabalharia com o governo Trump para fortalecê-la no mundo. Na reunião, Lula defendeu que a comunicação digital deve respeitar a soberania de cada país e, com isso, os entendimentos legais sobre o que é liberdade e o que é discurso de ódio e desinformação. Por sua vez, o Ministério Público e a Advocacia-Geral da União declararam que cobrariam explicações mais detalhadas da empresa. Ainda no dia 10 de janeiro, Lula recebeu um telefonema do presidente francês Emanuel Macron, no qual trataram do assunto. A nota conjunta sobre o diálogo expressou o desejo de que o Brasil e a Europa trabalhem juntos para impedir a disseminação de fake news que minem soberanias, democracias e direitos fundamentais. Contudo, um novo episódio de insatisfação do governo brasileiro com uma big tech estadunidense ocorreu em fevereiro. No dia 9 deste mês, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, determinou que a plataforma de vídeos Rumble bloqueasse o acesso a perfis de um brasileiro de extrema-direita que teve a prisão preventiva decretada no Brasil e está foragido nos EUA. A Rumble não acatou a ordem e entrou com uma ação contra Moraes na Justiça dos EUA, no dia 19 de fevereiro, alegando tentativa de censura. A ação teve como coautora a empresa Trump Media & Technology Group, que pertence ao presidente dos EUA, Donald Trump. Por sua vez, no dia 21, Moraes determinou o bloqueio de acessos ao site da Rumble no Brasil. Em seguida, no dia 26, o Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado dos EUA escreveu, na rede X, que “bloquear acesso à informação e estabelecer multas a companhias americanas por se negarem a censurar pessoas que vivem nos Estados Unidos é incompatível com os valores democráticos, incluindo a liberdade de expressão”. Esta publicação foi compartilhada, também no X, pelo perfil da Embaixada dos EUA no Brasil. Em reação, ainda no dia 26, o Itamaraty emitiu uma nota em que afirmou que “o governo brasileiro rejeita, com firmeza,

qualquer tentativa de politizar decisões judiciais”.

Fontes: [UOL](#), 10/01/2025; [Folha de S. Paulo](#), 10/01/2025; [Carta Capital](#), 10/01/2025; [BBC](#), 21/02/2025; [UOL](#), 26/02/2025.

Brasil reage a anúncio dos EUA de que taxarão importações de aço e alumínio

No dia 10 de fevereiro, o presidente dos EUA, Donald Trump, assinou um decreto impondo tarifas de 25% sobre todas as importações de aço e alumínio feitas pelo país e eliminando cotas de importação destes produtos. As medidas protecionistas valerão a partir de 12 de março. A decisão afeta interesses do Brasil, que é o terceiro maior exportador de aço para os EUA (empatado com a China e atrás de Canadá e México) e que tem o mercado estadunidense como o principal destino da produção nacional (cerca de metade do total exportado). A assinatura do decreto ocorreu poucas semanas após Trump citar, no dia 27 de janeiro, a China, a Índia e o Brasil como países que criam muitas tarifas comerciais e, com isso, prejudicam a indústria dos EUA. Em reação à taxação, o presidente Lula declarou, no dia 14 de fevereiro, que o Brasil poderia fazer uma denúncia à Organização Mundial do Comércio (OMC) ou adotar reciprocidade e elevar taxas de importações dos EUA. Por sua vez, o vice-presidente Geraldo Alckmin, também Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, anunciou que o Brasil tentará, por ora, negociar com os EUA a manutenção das cotas de importação de aço e alumínio, criadas no primeiro governo Trump (2017-2021), para evitar uma oneração semelhante, que havia sido anunciada naquela época.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 27/01/2025; [Valor Econômico](#), 10/02/2025; [Agência Brasil](#), 12/02/2025; [G1](#), 26/02/2025.

Brasil defende que BRICS+ redefina a governança global em múltiplos temas

Nos dias 25 e 26 de fevereiro, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, sediou um encontro, em Brasília, entre os chanceleres do BRICS+, grupo que conta atualmente com 11 membros plenos. A presidência pro tempore é ocupada desde 1º de janeiro deste ano pelo Brasil, que

também sediará a cúpula entre chefes de Estado no próximo mês de julho. Na abertura do encontro entre chanceleres, Vieira afirmou que o centro da discussão do BRICS+ deve ser “o imperativo de redefinir a governança global de uma forma que reflita as realidades do século XXI”, com base em uma visão de inclusão, justiça e cooperação. Além disso, anunciou que os trabalhos do BRICS+ serão organizados em torno de seis prioridades: Cooperação Global em Saúde; Comércio, Investimento e Finanças; Combate às Mudanças Climáticas; Governança de Inteligência Artificial; Reforma do Sistema Multilateral de Paz e Segurança; e Desenvolvimento Institucional do BRICS. Por sua vez, no segundo dia do encontro, o presidente Lula compareceu à reunião e defendeu que os países do BRICS+ avancem a criação de mecanismos de pagamento complementares, como forma de reduzir a dependência do dólar, diante do atual protecionismo dos EUA. Lula também afirmou que “a reforma da arquitetura multilateral, de paz e segurança, é inadiável” e que, “frente à polarização e a ameaça de fragmentação, a defesa consistente do multilateralismo é o único caminho que devemos trilhar”. Por fim, o presidente brasileiro instou os países do BRICS+ a serem mais ambiciosos na agenda climática e a mobilizarem os Estados para regular a inteligência artificial.

Fontes: [Brasil](#), 25/02/2025; [Brasil](#), 26/02/2025.

Brasil é eleito para presidir a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

No dia 11 de fevereiro, o Ministro do Desenvolvimento Social do Brasil, Wellington Dias, foi eleito presidente do Conselho da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, em votação realizada durante a primeira reunião do colegiado, em Roma, na sede da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO). A iniciativa foi criada na última cúpula de chefes de Estado do G20, ocorrida no Rio de Janeiro, em novembro de 2024, a partir de uma sugestão do Brasil. O objetivo da aliança é funcionar como uma difusora de políticas públicas que contribuam para a erradicação da pobreza e a eliminação da fome no mundo, por meio de ações de transferência de renda, apoio à primeira infância, alimentação escolar, inclusão socioeconômica e assistência técnica. As equipes de trabalho estarão localizadas em escritórios em Roma, Brasília, Washington, Adis

Abeba e Bangkok. A presidência de Dias definirá as prioridades estratégicas para 2025, estará incumbida de incentivar a adesão de países e instituições à aliança e organizará a Cúpula Contra a Fome e a Pobreza no Catar, em novembro, paralelamente à Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social da ONU.

Fontes: [CNN](#), 12/02/2025; [Brasil](#), 18/02/2025.

Brasil adere a três iniciativas multilaterais em energia

No dia 18 de fevereiro, o Conselho Nacional de Política Energética do Brasil (órgão colegiado que assessora o Presidente da República) aprovou a adesão do país a três iniciativas multilaterais: a Agência Internacional de Energia (AIE), a Agência Internacional para as Energias Renováveis (IRENA) e a Carta de Cooperação entre Países Produtores de Petróleo (“Carta da OPEP”, em referência à Organização de Países Exportadores de Petróleo). A AIE é uma organização internacional que fornece análises, dados e recomendações de políticas energéticas a seus membros. Por sua vez, a IRENA é uma organização internacional com atuação semelhante, porém voltada, especificamente, para energias renováveis. Finalmente, a Carta da OPEP é uma instância de diálogo composta por ministros da área de energia para debater assuntos pertinentes à produção e ao comércio de petróleo. A adesão à Carta da OPEP não significa que o Brasil estará obrigado a adotar cortes ou aumentos de produção de petróleo conforme as decisões dos membros plenos do grupo. O movimento de entrada na Carta da OPEP ocorreu poucos dias após o presidente Lula criticar o IBAMA por demorar em aprovar uma licença para a Petrobras explorar petróleo na bacia da Foz do Amazonas. Segundo o presidente brasileiro, “dessa riqueza é que a gente vai ter dinheiro para construir a famosa e sonhada transição energética”.

Fontes: [CNN](#), 12/02/2025; [Brasil](#), 18/02/2025.

Decisões e discursos de Milei reforçam o alinhamento ideológico com Trump

Em 22 de fevereiro, o presidente da Argentina, Javier Milei, e o presidente dos Estados Unidos, Donald

Trump, se reuniram durante a Conferência Política de Ação Conservadora (CPAC). O evento é realizado anualmente em Washington e reúne importantes lideranças da extrema direita. Em seu discurso, Milei afirmou que a Argentina quer ser “o primeiro país do mundo a aderir ao acordo de reciprocidade que a administração Trump propõe em matéria comercial”. O mandatário argentino se referia às tarifas de 25% impostas pelo governo Trump a todos seus parceiros comerciais sobre as importações de aço e alumínio, que foram anunciadas no dia 9 de fevereiro. Milei também manifestou interesse em negociar um acordo de livre comércio com os EUA, mas o principal empecilho seria o Mercosul, segundo ele. Durante a sua estadia nos Estados Unidos, o presidente ainda se reuniu com a diretora-geral do FMI, Kristalina Georgieva, para discutir um novo programa de empréstimos, mas nenhum acordo foi anunciado. A afinidade ideológica entre Milei e o Trump demonstrada na CPAC pôde ser notada, também, em algumas outras decisões tomadas pelo argentino recentemente. No dia 23 de janeiro, no seu discurso durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, o mandatário argentino proferiu duras críticas ao que chama de “agenda woke”, que inclui as causas LGBT, feministas e de defesa dos direitos humanos. Diversas organizações rejeitaram a fala do presidente e organizaram um protesto massivo na capital Buenos Aires. A polícia estima que entre 80 mil e 100 mil pessoas participaram do ato. No dia 27 de janeiro, o Executivo argentino colocou em marcha um plano de fortalecimento das fronteiras, que prevê a construção de um alambrado de 200 metros de extensão na fronteira com a Bolívia. A justificativa se assemelha à utilizada por Trump em relação ao México: o combate ao narcotráfico e a contenção do fluxo irregular de pessoas. No entanto, a medida foi anunciada sem diálogo com as autoridades bolivianas. Por fim, no dia 5 de fevereiro, Milei anunciou a saída da Argentina da Organização Mundial de Saúde (OMS), seguindo a decisão tomada pelo seu homólogo estadunidense.

Fontes: [Clarín](#), 27/02/2025; [El País](#), 28/01/2025; [Infobae](#), 22/02/2025; [La Nación](#), 20/02/2025; [Página 12](#), 22/02/2025.

“Criptogate” e nomeações para a Corte Suprema causam instabilidade na Argentina

No dia 14 de fevereiro, o presidente da Argentina,

Javier Milei, foi acusado de estar envolvido em um suposto esquema de fraude. O “*Criptogate*”, como está sendo chamado o caso, iniciou quando Milei usou suas redes sociais para promover a criptomoeda \$LIBRA, lançada apenas minutos antes da sua publicação. O presidente compartilhou o link pelo qual investidores poderiam comprar a moeda virtual e afirmou que esta seria a base de um projeto para financiar pequenos negócios na Argentina, chamado “Viva la Libertad”, em referência a seu slogan de campanha. Após a postagem, a cotação disparou rapidamente, passando de US\$ 0,25 para US\$ 5,54, mas despencou para US\$ 0,96 horas depois, causando prejuízo para aproximadamente 44 mil investidores. Com isso, especula-se a possibilidade de ter havido um tipo de fraude chamada de “rug pull” (puxada de tapete, na tradução literal), na qual os desenvolvedores de uma criptomoeda que se valoriza repentinamente abandonam o projeto e embolsam o dinheiro dos investidores tardios. O Ministério Público abriu uma investigação para confirmar se foram cometidos os crimes de abuso de autoridade, fraude, tráfico de influência e corrupção passiva. O Departamento de Justiça dos Estados Unidos e o FBI também foram acionados. Os advogados que protocolaram a denúncia alegam que os Estados Unidos teriam jurisdição para realizar a investigação já que cidadãos ou residentes do país foram vítimas dos crimes, além da empresa responsável por lançar a criptomoeda ser de propriedade de um cidadão norte-americano. Outra decisão de Milei que causou instabilidade para o governo foi a nomeação de dois ministros para a Corte Suprema por decreto, sem a aprovação do Senado, o que vem sendo interpretado como um ato inconstitucional. O fato, que ocorreu no dia 25 de fevereiro, gerou críticas até de aliados, como o ex-presidente Mauricio Macri. A Corte Suprema vinha sendo composta por apenas três dos cinco juízes previstos, devido a saída de dois integrantes em 2021 e 2024. Os dois nomes já haviam sido propostos pelo presidente em 2024, mas ainda não tinham sido discutidos pelo Senado. No texto do decreto, o governo ainda faz críticas ao Senado, acusando a casa legislativa de seguir motivações políticas e descumprir o processo legal do país.

Fontes: [La Nación](#), 25/02/2025; [Metrópoles](#), 27/02/2025; [Página 12](#), 15/02/25; [Revista Fórum](#), 17/02/2025.

Colômbia contesta tratamento de seus cidadãos em deportações promovidas pelos EUA

No dia 20 de janeiro, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tomou posse para seu segundo mandato. Após conquistar a vitória na eleição com muitas propostas relacionadas à migração, um de seus primeiros atos foi autorizar a deportação em massa de imigrantes indocumentados. Diversos países contestaram a forma como seus cidadãos foram tratados pelo governo estadunidense, mas o processo foi mantido apesar de denúncias de violações dos direitos humanos. No dia 24 do mesmo mês, dois aviões militares, com cidadãos colombianos, partiram dos EUA em direção à Colômbia. Após a decolagem, o presidente do país sul-americano, Gustavo Petro, proibiu que as aeronaves entrassem no espaço aéreo do país. De forma complementar, por meio de sua conta na rede social “X”, o líder colombiano afirmou que “os EUA não podem tratar os migrantes colombianos como criminosos”. Em resposta, Trump anunciou uma série de sanções ao país. Dentre elas, destaca-se a criação de uma tarifa de 25% sobre todos os produtos advindos da Colômbia. De forma recíproca, Petro impôs nova taxa de 50% para importações vindas dos EUA. Além disso, solicitou uma reunião extraordinária à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Ao final do dia 26, os dois governos, por meio de comunicados, confirmaram a superação do impasse. A chancelaria colombiana aceitou novos voos vindos dos EUA após garantias de proteção dos direitos de seus cidadãos. Em paralelo, as sanções impostas pelo governo estadunidense foram suspensas. O fim da crise diplomática foi um dos fatores que contribuiu para o cancelamento da reunião da CELAC, proposta por Petro. Segundo a atual presidente da organização, Xiomara Castro, a falta de consenso entre os países da comunidade foi, também, essencial para que o encontro não acontecesse. Além disso, a liderança criticou a “postura sistêmica de países membros que privilegiam outros princípios e interesses diferentes aos de unidade da região”.

Fontes: [CNN](#), 20/01/2025; [El Colombiano](#), 26/01/2025; [Poder 360](#), 26/01/2025; [G1](#), 27/01/2025; [G1](#), 28/01/2025; [G1](#), 29/01/2025.

Colômbia e Venezuela iniciam operação militar conjunta contra o Exército da Libertação Nacional

No dia 17 de janeiro, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, anunciou a suspensão das negociações de paz com o Exército da Libertação Nacional (ELN), após confrontos entre o grupo e dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) na região de Catatumbo. Essa área, além de ser próxima da fronteira com a Venezuela, é a segunda maior produtora de folha de coca na Colômbia e possui elevado valor estratégico para grupos paramilitares e narcotraficantes. O conflito entre os dissidentes, liderados pelo guerrilheiro conhecido como Calarcá, e o ELN fez com que o governo decretasse Estado de Comoção Interior e Emergência Econômica. Foi a primeira vez que um presidente tomou tal decisão desde Álvaro Uribe, em 2008. Além da Colômbia, o governo venezuelano decretou o reforço militar na região de fronteira e o envio de seu ministro do interior, Diosdado Cabello, à Catatumbo. No dia 23 de janeiro, por meio de rede social, Petro afirmou que teve reuniões com Nicolás Maduro, seu homólogo venezuelano, para articular um plano de segurança. Como consequência desse encontro, no dia 31, iniciaram-se operações conjuntas entre as forças militares da Colômbia e Venezuela “na luta contra o ELN”. Um mês após o início dos confrontos, em 17 de fevereiro, ainda havia conflitos entre os dissidentes e o ELN. Segundo o governo colombiano, há cerca de 53 mil pessoas desabrigadas e 60 mortas, sendo 5 participantes dos acordos de paz entre o Estado e as FARC, em 2016. Essa ofensiva, além de evidenciar a tentativa do ELN de se consolidar como o maior grupo paramilitar da Colômbia, representa um retrocesso nas negociações de paz, que, apesar de instabilidades, vinham sendo construídas desde novembro de 2022.

Fontes: [El País](#), 17/01/2025; [El Tiempo](#), 18/01/2025; [Infobae](#), 22/01/2025; [La Silla Vacía](#), 23/01/2025; [El Colombiano](#), 31/01/2025; [El Colombiano](#), 17/02/2025.

Reunião televisionada de Petro com seu gabinete resulta em renúncia de diversos ministros

No dia 4 de fevereiro, ocorreu, na Colômbia, uma reunião entre o presidente Gustavo Petro e

seu gabinete de ministros. Pela primeira vez, o encontro foi transmitido ao vivo para a população. Para alguns líderes das pastas, como Jorge Rojas, então diretor do Departamento Administrativo da Presidência da República (DAPRE), a decisão de televisionar foi considerada “arriscada”. Além desse descontentamento, houve diversas tensões entre Petro e os ministros, com destaque para a insatisfação das principais forças do governo com a nomeação de Armando Benedetti para o cargo de chefe de gabinete da presidência. A história recente traz luz a diversas polêmicas envolvendo o recém-nomeado. Além de denúncias de corrupção, Benedetti sofreu acusações de violência de gênero. Nesse sentido, a vice-presidente e então ministra da igualdade, Francia Márquez, ao acusar alas do governo de compactuar com esquemas ilícitos, citou Benedetti ao afirmar que ele teria “grande parte da responsabilidade com o que está acontecendo”. Outra força do governo Petro que criticou a nomeação foi Susana Muhamad, ministra do meio ambiente. Emocionada, a liderança alegou que “como feminista, não posso me sentar à mesa de gabinete com Armando Benedetti”. Em resposta às críticas de seus ministros, Petro defendeu Benedetti ao afirmar que ele “tem uma virtude, a de ser louco, e a loucura pode fazer revoluções”. Além disso, criticou a postura de seu gabinete ao apontar para uma polarização entre “anti-benedettistas” e “benedettistas”. A tensão e o posicionamento firme de Petro levaram a uma crise no governo com diversas renúncias ministeriais. Após a saída de alguns nomes importantes como Jorge Rojas e Susana Muhamad, o presidente solicitou a renúncia de seus ministros para “atingir maior conformidade com o programa ordenado pelo povo”. Desde 9 de fevereiro, diversos líderes de outras pastas renunciaram a seus cargos e novos nomes foram escolhidos. No dia 27, o governo realizou um evento para apresentar os novos ministros. Dentre eles, destacam-se o primeiro militar a ocupar a pasta de defesa em 34 anos, Pedro Sánchez, e a realocação de Benedetti para o Ministério do Interior, evidenciando sua vitória política.

Fontes: [El Tiempo](#), 05/02/2025; [O Globo](#), 09/02/2025; [El Colombiano](#), 10/02/2025; [La Silla Vacía](#), 09/02/2025; [La Silla Vacía](#), 20/02/2025; [La Silla Vacía](#), 23/02/2025; [Infobae](#), 27/02/2025.

Governo equatoriano avança proposta que autoriza o emprego de forças armadas estrangeiras no país

No dia 2 de janeiro de 2025, o presidente do Equador, Daniel Noboa, promulgou um novo decreto de exceção, com duração de sessenta dias, em sete províncias e três cantões, incluindo o distrito metropolitano de Quito. Em face da prolongada crise de segurança pública que aflige o país, Noboa tem empregado prolongado de decretos semelhantes, que autorizam o emprego de militares no policiamento ostensivo e repressão ao crime organizado. Durante os preparativos para o primeiro turno das eleições, um forte esquema de segurança foi estabelecido no país, com o fechamento das fronteiras com a Colômbia e com o Peru entre 8 e 10 de fevereiro, além da militarização de portos e zonas de fronteira, com o emprego de quase 100 mil soldados e policiais por todo o país. Nesse contexto, em 19 de fevereiro, as iniciativas do governo Noboa e dos membros do partido Acción Democrática Nacional para aprovar o projeto de lei que autoriza a presença de tropas e bases estrangeiras em território equatoriano reiniciaram. A pedido do legislador Ferdinan Álvarez, a proposta foi incluída na pauta de votações, recebendo apoio do Ministério de Relações Exteriores, que defendeu a importância da aprovação para assegurar a segurança nacional e enfrentar o crime organizado internacional. Em 25 de fevereiro, a Assembleia Nacional aprovou, por 121 votos, uma resolução que autoriza o Ministério de Relações Exteriores a estabelecer acordos de cooperação que auxiliem na implementação de medidas que constriam a atuação de redes criminosas transnacionais. A resolução abre caminho para a futura emenda constitucional proposta por Daniel Noboa em setembro de 2024, que autoriza o governo a firmar acordos com nações aliadas para o estabelecimento de bases militares no país.

Fontes: [Primicias](#), 03/01/2025; [Infobae](#), 03/02/2025; [Primicias](#), 07/02/2025; [Ecuavisa](#), 19/02/2025; [Ecuavisa](#), 20/02/2025; [Primicias](#), 25/02/2025.

Eleições equatorianas ocorrem em meio a disputas institucionais e forte polarização

Em janeiro de 2025, contrariando a lei eleitoral do Equador, o presidente Daniel Noboa não se licenciou

do cargo para concorrer à reeleição. O motivo seria uma disputa com a vice-presidenta, Veronica Abad, reintegrada ao cargo após longa disputa judicial, que contava com apoio do Congresso para ocupar a presidência durante o licenciamento de Noboa. Em decreto promulgado em 7 de janeiro, o presidente se licenciou por apenas quatro dias, indicando a secretária de Administração Pública, Cynthia Gellibert, como vice-presidenta habilitada para assumir a presidência. Explorando uma brecha constitucional, licenciou-se por outros três dias em 16 de janeiro. Em 3 de fevereiro, a Corte constitucional considerou ambos os decretos inconstitucionais, posição consonante com a adotada pela Assembleia Nacional. Nesse contexto, em 9 de fevereiro, o Equador realizou eleições gerais, para a presidência e para a Assembleia Nacional, frente a um forte esquema de segurança, para evitar incidentes como os ocorridos no pleito de 2023. O resultado da votação presidencial definiu que o atual presidente, Daniel Noboa, do partido de direita Movimiento Acción Democrática Nacional (ADN), e Luisa González, do partido de esquerda Revolución Ciudadana, irão para o segundo turno, no dia 13 de abril, com, respectivamente, 44,17% e 43,97 % dos votos válidos. Na sequência, Leonidas Iza, do partido indígena Pachakutik, recebeu 5,25% dos votos, enquanto Andrea Gonzalez, do Partido Sociedad Patriótica, de direita, recebeu 2,69% dos votos. Na distribuição das 151 cadeiras da Assembleia Nacional, o Revolución Ciudadana ocupará 67, seguido pelo ADN, que conquistou 66 assentos. Os partidos Pachakutik e o Partido Social Cristiano que elegeram, respectivamente, 9 e 4 legisladores. As vagas restantes serão preenchidas por movimentos políticos locais. Luisa González e Daniel Noboa trocam acusações sobre o processo eleitoral. González questiona o abuso da máquina pública por Noboa, em face do licenciamento irregular de Noboa e supostas irregularidades na apuração dos votos. O presidente incumbente, por sua vez, denunciou, sem provas, potencial fraude no processo eleitoral, defendendo que foi eleito em primeiro turno. Em 28 de fevereiro, uma decisão da justiça eleitoral suspendeu Veronica Abad das suas funções políticas pelos próximos dois anos, por denúncia da chanceler Gabriela Sommerfeld, por crime de violência de gênero. A decisão tem efeitos imediatos, impedindo Abad de exercer cargos públicos, mas é passível de recurso.

10/01/2025; [El Diálogo](#), 03/02/2025; [Primicias](#), 07/02/2025; [El País](#), 10/02/2025; [El Mercurio](#), 11/02/2025; [Primicias](#), 28/02/2025; [Consejo Nacional Electoral](#), 28/02/2025.

Em meio a disputa pelo partido, Evo Morales oficializa sua desfiliação do MAS-IPSP

No dia 25 de fevereiro, Evo Morales, ex-presidente da Bolívia, oficializou sua saída do Movimento ao Socialismo - Instrumento Político para a Soberania dos Povos (MAS-IPSP), partido que ajudou a fundar e pelo qual governou o país por quase 14 anos. O anúncio foi feito por meio de um documento notarial apresentado ao Tribunal Eleitoral Departamental de Cochabamba. A decisão ocorre em meio a uma acirrada disputa interna contra o atual presidente, Luis Arce, e às vésperas das eleições gerais de agosto de 2025. Sem o controle da legenda desde novembro de 2024, quando foi destituído da direção do partido por decisão do Tribunal Constitucional, que reconheceu Grover García como novo líder, Morales e parte significativa de seus apoiadores já buscam uma nova sigla para disputar as eleições. O alvo principal é a Frente Para a Vitória (FPV), uma legenda menor, com a qual tenta viabilizar sua candidatura. A ruptura entre Morales e Arce se intensificou nos últimos anos, marcada por trocas de acusações e disputas pelo controle do MAS. Em 2024, o Tribunal Constitucional impediu Morales de concorrer novamente à presidência, decisão que seus aliados classificam como perseguição política. Desde outubro do mesmo ano, ele permanece em Lauca Ñ, no Trópico de Cochabamba, após a emissão de uma ordem de prisão e o congelamento de suas contas, decorrentes de acusações de tráfico de pessoas agravado. Além da crise política, a Bolívia enfrenta dificuldades econômicas, com inflação crescente, escassez de dólares e problemas no abastecimento de combustíveis. A saída de Morales do MAS amplia as incertezas para a esquerda boliviana, deixando o partido dividido entre o legado do “evismo” e o fortalecimento do “arcismo”.

Fontes: [El País](#), 07/11/2024; [El País](#), 16/11/2024; [Brasil de Fato](#), 21/02/2025; [La Razon](#), 27/02/2025.

Chile aprova reforma da previdência

No dia 29 de janeiro, o Congresso do Chile aprovou uma reforma que altera o sistema previdenciário estabelecido pela Constituição de 1980, promulgada pela ditadura de Augusto Pinochet. A aprovação da reforma era prioridade do governo do presidente Gabriel Boric, após duas tentativas falhas de mudar a Carta Magna chilena nos processos constituintes de 2022 e 2023. O sistema previdenciário chileno funcionava por meio de um modelo de contribuição individual, no qual os aportes previdenciários eram feitos integralmente pelos funcionários. A reforma estabelece um modelo misto, que obriga a contribuição patronal da maior parte dos aportes designados à previdência. Também haverá aumento gradual na Pensão Universal Garantida, benefício que complementa a renda dos pensionistas que recebem um valor menor ou igual que 762 pesos chilenos por mês. Ainda no âmbito das medidas que objetivam melhorias sociais, os valores dos benefícios designados às mulheres serão corrigidos por uma compensação financeira que considera a maior expectativa de vida, menores salários ao longo da vida e o trabalho doméstico não remunerado no cálculo da pensão do grupo. Em discordância com projeto original de Boric, o novo modelo previdenciário mantém as seguradoras privadas na administração das pensões. No entanto, com o objetivo de contornar o monopólio da indústria, serão feitas licitações bienais de 10% dos associados para que novas empresas sejam responsáveis pela administração de seus fundos de pensão. Em carta, as seguradoras privadas estadunidenses expressaram seu descontentamento com a medida por “criar vantagens injustas para os novos participantes do mercado”, o que não honraria com o Tratado de Livre Comércio EUA-Chile. As empresas ainda afirmam que as implicações negativas das licitações bienais colocam em risco a manutenção do tratado “à medida que o governo Trump inicia sua ampla revisão dos acordos comerciais.”

Fontes: [CNN Chile](#), 28/02/2025; [El País](#), 29/01/2025; [Gobierno de Chile](#), 29/01/2025; [La Tercera](#), 30/01/2025.

Nicolás Maduro toma posse na Venezuela em meio a contestações domésticas e internacionais

Em 10 de janeiro, Nicolás Maduro tomou posse como presidente da Venezuela, em seu terceiro mandato, que se estenderá até 2031. A posse foi antecedida por movimentações de contestação da oposição. Edmundo González, principal candidato da oposição e asilado na Espanha, viajou para os EUA na véspera da posse e se reuniu com Joe Biden. Já Maria Corina Machado, líder da oposição, fez sua primeira aparição pública no dia 9 de janeiro, depois de cinco meses sem aparecer. Corina Machado fez um ato com opositores denunciando a posse de Maduro como um golpe, e foi detida após a aparição, sendo liberada algumas horas depois. Diosdado Cabello, ministro do Interior, afirmou que a detenção era falsa e uma tentativa da oposição de desestabilizar o país. A posse de Maduro foi amplamente criticada internacionalmente. O Brasil foi representado por sua embaixadora na Venezuela, e o Ministério das Relações Exteriores emitiu nota condenando ações de violência e perseguição política a opositores. México e Colômbia também enviaram seus embaixadores. Gabriel Boric, presidente do Chile, classificou o governo de Maduro como uma ditadura e retirou seu embaixador do país. Já a Venezuela rompeu relações com o Paraguai, após falas de apoio à oposição, e o país também retirou seus embaixadores. A OEA, por sua vez, emitiu comunicado no dia 16 de janeiro rejeitando a posse de Maduro. Catorze países assinaram o documento, entre eles Argentina, Chile, Equador, Estados Unidos, Paraguai, Peru e Uruguai. O G7 também emitiu nota denunciando a falta de legitimidade da posse realizada no dia 10 de janeiro. Por fim, vale mencionar que o novo governo dos EUA, sob a liderança de Donald Trump, se referiu a Edmundo González como “presidente eleito” da Venezuela. No dia 31 de janeiro, Richard Grenell, enviado especial dos EUA para a Venezuela, foi ao país e se reuniu com Maduro. Declarou que Trump não tinha interesse em uma troca de regime, e negociou que o governo venezuelano recebesse migrantes que estavam de forma ilegal nos EUA e liberasse 6 estadunidenses que estavam detidos no país. A possibilidade de uma aproximação entre Trump e Maduro, após a visita, logo foi descartada. No dia 26 de fevereiro, o governo dos EUA anunciou a revogação da licença, emitida durante o governo Biden, que autorizava a operação da petroleira estadunidense Chevron na Venezuela.

Fontes: [CNN](#), 06/01/2025; [BBC](#), 07/01/2025; [Nexo Jornal](#), 10/01/2025; [O Globo](#), 10/01/2025; [Estadão](#), 12/01/2025; [UOL](#), 16/01/2025; [BBC](#), 26/02/2025

Guiana e Estados Unidos aprofundam relações militares em meio a tensão na fronteira com a Venezuela

Em 27 de janeiro, o novo Secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, fez uma ligação para o presidente da Guiana, Irfaan Ali. Na ocasião, trataram de assuntos como a crise migratória na região, e Rubio declarou que os Estados Unidos mantêm sua posição de apoio à soberania da Guiana sobre o território de Essequibo. Em 28 de janeiro, o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Yvan Gil, declarou que Rubio é um inimigo do país por apoiar as reivindicações territoriais da Guiana e afirmou que a questão de Essequibo deveria ser resolvida sem a participação de terceiros. Apesar das declarações, no dia 8 de fevereiro, o Instituto de Defesa Nacional da Guiana realizou uma cerimônia de formatura do curso oferecido conjuntamente com o Centro de Estudos de Defesa Hemisférica William J. Perry, de origem estadunidense, cujo foco foi a segurança regional. Estiveram presentes o Secretário das Relações Exteriores da Guiana, Robert Persaud, o Chefe do Estado-Maior da Força de Defesa da Guiana, Omar Khan, o Ministro do Interior da Guiana, Robeson Benn, e a Embaixadora dos Estados Unidos na Guiana, Nicole Theriot. Cerca de 40 oficiais do Estado guianês realizaram o curso. Nos discursos das autoridades presentes, houve o reforço da importância da parceria bilateral, em um contexto de tensões constantes na fronteira com a Venezuela. No dia 17 de fevereiro, seis soldados guianeses teriam sido feridos enquanto realizavam uma missão de reabastecimento ao longo do Rio Cuyuni, sem confirmação de óbito. Segundo as Forças de Defesa da Guiana, um grupo de homens armados teria feito disparos a partir do lado venezuelano do rio. Gil acusou sua contraparte guianesa, Hugh Hilton Todd, de espalhar notícias falsas e denunciou que trata-se de uma operação de ‘false-flag’, com o objetivo de criar uma narrativa para manipular a opinião pública e desviar a atenção das violações do direito internacional. Na sequência, Hugh Todd convocou o Embaixador da Venezuela na Guiana, Carlos Perez, para prestar esclarecimentos sobre o ocorrido. Em nota emitida pelo Ministério

de Relações Exteriores da Guiana, é dito que os suspeitos seriam membros de ‘gângues’, porém não há identificação dos atores, assim como não há informações sobre feridos do lado venezuelano.

Fontes: [U.S. Department of State](#), 27/01/2025; [Voa News](#), 05/02/2025; [High Commission of The Cooperative Republic of Guyana in the Republic of South Africa](#), 08/02/2025; [U.S. Embassy in Guyana](#), 08/02/2025; [Kaieteur News](#), 10/02/2025; [The Guardian](#), 18/02/2025; [Ministry Of Foreign Affairs and International Cooperation Cooperative Republic of Guyana](#), 18/02/2025.

